

Urgências - O caso de Ai WeiWei na China

07 de Abril 2011

O desaparecimento de Ai Weiwei tem de ser entendido no contexto do aumento desesperado da repressão política por parte das autoridades chinesas. Tudo por medo de que o espírito revolucionário no mundo árabe infecte a sociedade chinesa. Mas a União Europeia pode fazer a diferença. Violações de direitos humanos por parte das autoridades chinesas têm de ser tema constante no diálogo político com a China, que deve ser repensado no sentido de garantir a produção de resultados concretos, nomeadamente a reconsideração das sentenças judiciais que têm mantido activistas de direitos humanos na prisão.

As negociações do novo acordo-quadro não podem deixar de lado a questão dos direitos humanos, tudo subordinando a interesses comerciais. A União Europeia mesmo na prossecução dos seus interesses económicos tem a responsabilidade de apoiar activistas como Ai Weiwei, como Liu Xiaobo, como Hu Jun, que se têm batido corajosamente pela urgente reforma política na China, contra a opressão, pelos direitos humanos e pelas liberdades básicas. A China, como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, tem obrigações em matéria de direitos humanos, que constam da Carta das Nações Unidas, e tem de prestar contas por elas, não apenas aos seus cidadãos, mas a todo o mundo.